

A Perspectiva das Escolas

Presidente da Mesa – António Silva Marques

António Silva Marques*

Gostava de agradecer ao senhor Prof. Júlio Pedrosa, Presidente do Conselho Nacional de Educação, o convite para presidir a esta mesa que, mais do que um convite, foi um desafio e vou ver se me saio bem dele.

Lendo o estudo do Dr. José Maria Azevedo e ouvindo agora a sua exposição, diria que temos aqui um instrumento importante para suportar a discussão que vamos aqui fazer hoje e que tem estado presente na sociedade e nas escolas, em particular.

Com este documento como elemento dinamizador do debate, temos este primeiro painel que cruza vários elementos: primeiro, a questão territorial com várias regiões representadas, vários actores e vários responsáveis ao nível do território, representantes dos pais e representantes das escolas. Está também presente o sector público e o privado, o secundário e o básico. É um painel excelente e dou os parabéns a quem estruturou este painel.

Sob a minha responsabilidade directa, tomava a liberdade de fazer três afirmações e uma interrogação. A primeira afirmação é que na comunidade escolar e na sociedade portuguesa há um consenso sobre a prestação de contas ser uma exigência a que todos na escola estão obrigados. Também me parece que os pais, as famílias, as escolas, têm um papel central nessa avaliação que nem sempre é tido em consideração. Ou seja, esta é a primeira afirmação: avaliação sim, estamos de acordo.

Outro ponto em que me parece que há consenso, é que os estudos e os muitos esforços de investigação, que estão referidos no nosso documento, têm tido poucas consequências práticas. Ou seja, o esforço que tem sido feito, não tem tido resultados práticos. Eu diria que a retórica tem predominado muitas das vezes, e estamos sempre a partir do zero, a começar de novo. Penso que se deve conhecer o que já está feito e começar a partir

* Conselho Nacional de Educação

do que tem história. Também penso que temos esse consenso. Recordo um seminário feito em 2002, pelo Conselho Nacional de Educação, sobre o tema “Qualidade e Avaliação da Educação”, cuja publicação aconselho a ler, porque tem contributos importantes para aquilo que estamos aqui a tratar hoje.

O terceiro ponto, é que não estamos de acordo e seguramente temos até pontos de vista divergentes sobre para que é que serve a avaliação que o Ministério faz ou que as escolas fazem. Este é o elemento central que nos pode ajudar a avançar mais um pouco. Porque é que a avaliação não é um fim em si? Se não é um fim em si, estas interrogações são pertinentes e é útil fazê-las. Para que é que serve a avaliação? O que é que nós queremos com a avaliação? Quando fazemos avaliação, sejam as entidades, seja o Ministério, sejam as inspeções, sejam as escolas, o que é que queremos com ela? A metáfora do termómetro do Dr. Matias Alves, quando diz que o termómetro mede a febre, mas não produz a terapia nem a cura, aplica-se aos resultados da avaliação: medem a febre do sistema, mas não sabemos se estão a contribuir para reduzir a febre e para gerar saúde. Ou seja, para que se ensine melhor ou aprenda mais e melhor. É claro que a resposta está em todos nós. Citando um escritor do Uruguai diria “Não somos o que somos, mas o que fazemos para mudar o que somos!”

Passo a introduzir a mesa e os nossos convidados, recordando que não está presente um dos membros da mesa, o Dr. João Asseiro, Presidente da Associação de Pais do Colégio da Rainha Santa Isabel, cuja comunicação vai ser distribuída.

A Experiência do Agrupamento de Escolas de Gondifelos

Joaquim Malvar e Carla Castelo Branco*

A escola sede do nosso Agrupamento está situada em Gondifelos, a 9km de Vila Nova de Famalicão, distrito de Braga. Inicialmente, fomos uma secção da Escola Preparatória Júlio Brandão, localizada na sede do concelho; funcionámos 10 anos em instalações provisórias e muito precárias, foi um tempo muito difícil. Nos últimos cinco anos, felizmente, desfrutamos de instalações modelares e a nossa comunidade escolar é constituída por 719 alunos, 68 docentes e 44 não docentes.

A nossa comunicação constará da apresentação de experiências de auto-avaliação que temos vindo a realizar e da descrição de alguns projectos que estamos a desenvolver.

1. Áreas Curriculares Não Disciplinares

Após o início da implementação destas áreas, início este não desprovido de dificuldades, tornou-se necessário avaliar o seu funcionamento e receptividade por parte dos alunos. Esta necessidade adveio não só da cultura de avaliação que existe neste Agrupamento, mas também do facto de muitos professores, especialmente os destas áreas, terem sentido alguma resistência por parte dos alunos, resistência esta claramente expressa tanto nas actas das reuniões de avaliação como no aproveitamento de alguns alunos.

Assim, por decisão do Conselho Pedagógico, todos os alunos do Agrupamento (à excepção do 1.º ano do 1.º ciclo) foram inquiridos relativamente a esta temática.

* Professores do Agrupamento de Escolas de Gondifelos

Feito o tratamento de dados, foi possível concluir que:

- de uma maneira geral, a receptividade a estas áreas foi maior no 1.º ciclo do ensino básico;
- no 2.º ciclo, a Área de Projecto e a Componente Local do Currículo foram o alvo das preferências dos alunos;
- nos 7.º e 8.º anos, o Estudo Acompanhado e a Área de Projecto foram as áreas preferidas pelos alunos;
- no 9.º ano, a preferência recaiu sobre a Formação Cívica, sendo as actividades aí desenvolvidas consideradas “Muito Interessantes” e “Interessantes” pela maior parte dos alunos, cerca de 91%.

Os dados aqui apresentados são apenas uma amostra das leituras feitas após a análise dos resultados dos questionários. Estes resultados foram analisados no Conselho Pedagógico, tendo posteriormente sido alvo da atenção dos departamentos e conselhos de docentes.

São de realçar os resultados positivos da Componente Local do Currículo, área oferecida pela escola. Os professores desta área, especialmente no 2.º ciclo, consideraram-na importante e do agrado dos alunos, uma vez que permite uma interdisciplinaridade que se deseja e a contextualização dos saberes a partir do envolvimento no meio local.

Os professores da área de Formação Cívica, após a divulgação dos resultados, referiram o facto de esta área trabalhar algumas temáticas pelas quais os alunos revelam, por si só, muito interesse, como sejam a Educação Sexual, as relações interpessoais, etc.

É de referir também o facto de, já neste período lectivo, um questionário feito numa turma do 8.º ano sobre os aspectos positivos e negativos da escola e da vida escolar mostrou que as áreas curriculares não disciplinares eram consideradas um dos aspectos positivos, por 80% dos alunos.

2. Aulas de Substituição/Enriquecimento Curricular

No ano lectivo de 2002/2003, a escola decidiu implementar as chamadas aulas de substituição, aulas essas marcadas nos horários dos professores (um ou dois tempos), ao abrigo do Despacho n.º13781. Estas aulas tinham como objectivo a ocupação dos alunos, no caso de ausência do professor da disciplina. As actividades a desenvolver nessas aulas eram da responsabilidade de cada professor, tendo o Conselho Pedagógico aconselhado o “carácter lúdico” das mesmas. Assim, foram elaborados vários dossiers de materiais/actividades a utilizar nas referidas aulas. Durante esse ano lectivo, e à medida que o final do ano se aproximava, foi-se sentindo algum “desagrado”, tanto por parte dos alunos, sobretudo os do 3.º ciclo, como por parte dos professores, relativamente a estas aulas. Foi, então, feita, a partir da leitura das actas dos conselhos de turma, uma avaliação das aulas de substituição, tendo o Conselho Pedagógico chegado à conclusão sobre a necessidade de envolver mais directamente os alunos nas actividades a desenvolver nesses tempos.

No ano lectivo seguinte, 2003/2004, foi sugerido aos alunos que cada turma propusesse as actividades que gostaria de desenvolver nas aulas de substituição. Foram propostas diferentes e variadas actividades, sendo, mais uma vez, organizados para cada turma da escola dossiers com as respectivas propostas, que os professores substitutos tiveram em conta. No final do ano lectivo, foi feita nova avaliação do funcionamento destas aulas, tanto em sede de departamento, como em conselho de turma, e mais uma vez se chegou à conclusão que estas aulas continuavam a não ser do agrado nem dos alunos, apesar de terem sido estes a propor as actividades a desenvolver, nem dos professores, que viam o seu envolvimento pessoal limitado, “nada dando de si”. Nessa altura, a existência das próprias aulas de substituição foi posta em causa pelo Conselho Pedagógico, decidindo-se aí enveredar por um caminho diferente, a que a escola chamou “Enriquecimento Curricular”.

Em 2004/2005, começou uma nova fase deste processo: abandonaram-se as aulas de substituição e colocou-se no terreno o Enriquecimento Curricular. Foi feito pela escola um enorme esforço no

sentido de oferecer aos alunos diferentes alternativas de ocupação dos seus “furos”. Foram criados, por proposta dos professores da escola, diferentes espaços/clubes, onde os alunos puderam encontrar múltiplas opções de ocupação. Estas ofertas iam desde o desporto às artes decorativas, passando pelos cantinhos da História/Geografia, Matemática/Ciências, TICs ou Laboratório de Línguas. O funcionamento destes espaços era simples: identificados pelos professores responsáveis/departamentos os objectivos, actividades, materiais, espaço e número máximo de alunos, o Conselho Pedagógico pronunciava-se sobre estas propostas. Após a disponibilização dos recursos, os espaços iniciavam o seu funcionamento: na falta de um professor, os alunos eram encaminhados para os diferentes espaços, de acordo com as suas preferências, onde estava um professor que os orientava nas actividades. No final do ano lectivo, foi feita a avaliação da actividade através de um questionário, ao qual responderam duas turmas: uma do 2.º ciclo e outra do 3.º ciclo. O questionário visava essencialmente identificar os espaços preferidos pelos alunos e ouvir as suas propostas relativamente à possibilidade de criação de novos espaços. Os resultados apontaram como actividades favoritas as TIC, o Desporto, as Línguas e as Ciências e os alunos apontaram a Dança como actividade a incluir no presente ano lectivo, o que é já uma realidade.

A escola pretende ir mais longe: articular as ofertas de actividades com as reais dificuldades dos alunos ao nível das aprendizagens curriculares. Para que este objectivo seja atingido, temos a consciência de que muito ainda há a fazer, nomeadamente no que diz respeito à identificação concreta das competências a trabalhar nesses espaços e as metodologias a utilizar. No entanto, estamos certos de que este é o caminho, pelo que continuaremos a apostar neste trabalho. Numa avaliação realizada já neste ano lectivo, 90% dos alunos de uma turma-amostra do 8.º ano consideraram o Enriquecimento Curricular como um dos aspectos positivos da escola.

3. A Escola depois da Intervenção Inspectiva

Durante o ano lectivo transacto, o Agrupamento foi alvo de uma auditoria por parte da Inspeção Geral da Educação, no âmbito do programa “Efectividade da Auto-Avaliação das Escolas”.

Após a comunicação dos resultados da intervenção, em Maio de 2005, a escola considerou importante a divulgação dos mesmos à comunidade educativa. Em Julho, realizou-se uma sessão de trabalho sobre os resultados obtidos pela escola nessa auditoria de aferição. Foram constituídos grupos de trabalho, dos quais fizeram parte todo o pessoal docente e não docente do Agrupamento, que reflectiram sobre os aspectos menos positivos ou controversos incluídos no documento final da IGE. Foram apresentadas e discutidas as conclusões, tendo-se considerado este momento de reflexão da maior utilidade.

No sentido de dar vida às propostas da IGE, foi criado o chamado grupo de planeamento, constituído com o fim de perspectivar as metas a atingir pelo Agrupamento. Neste grupo estiveram representados os diferentes órgãos do Agrupamento, o pessoal não docente e o Serviço de Psicologia e Orientação. Foi solicitado apoio externo, nomeadamente ao Dr. Ulrich Schiefer, consultor especialista nas áreas de planeamento e avaliação, e professor no ISCTE, em Lisboa.

Após várias sessões, foram identificados os grandes problemas do Agrupamento, tendo sido definidos objectivos “mensuráveis” a atingir a curto e médio prazo. Daqui resultou um documento final que reflectiu o processo e o produto destas sessões. Na sequência deste trabalho foi reformulado o Projecto Curricular de Escola, tendo-se adequado os objectivos e finalidades de acordo com os resultados das sessões de planeamento. No início do ano lectivo, este percurso foi dado a conhecer aos professores recém-chegados, em diferentes sedes e momentos. Foi também constituída a Equipa de Auto-Avaliação, que está neste momento a trabalhar no sentido de adquirir competências nesta área, o que não é fácil, uma vez que as ofertas de formação são quase inexistentes.

Foi repensado o Plano Anual de Actividades, que não contemplava a articulação com o Projecto Curricular de Escola e criaram-se, para além dos já existentes, outros instrumentos de avaliação das actividades, que agora contemplam os pais e encarregados de educação e os alunos. Os resultados destas avaliações serão posteriormente tratados pela Equipa de Auto-Avaliação recém-criada e devolvidos à comunidade.

4. A Escola e o Futuro

O futuro prepara-se hoje com projectos em desenvolvimento como os que de seguida se apresentam.

Envolver os alunos no processo de gestão da escola:

- Gestão do tempo – ausência de campainhas;
- Gestão do espaço – salas abertas, sala do aluno (bufete, actividades lúdicas,...);
- Gestão do seu próprio plano de actividades com orçamento próprio;
- Gestão dos conflitos com órgãos próprios;

A descoberta do “melhor” de cada aluno.

- Despiste de vocações, habilidades e potencialidades e sua valorização:
 - SPO – acompanhamento do aluno desde o pré-escolar ao 9.º ano;
 - Enriquecimento curricular – confronto entre a escola informal e a escola formal, confronto entre as ofertas da escola e os interesses/motivações dos alunos;
 - Contributo dos diferentes departamentos e conselhos de docentes/Quadros de Honra/Jornal da Escola/actividades pontuais/fórum do site da Escola...

A construção de uma base de dados (S.G.B.D.)

- O percurso dos alunos após a conclusão do ensino básico
 - Mundo do trabalho ou progressão de estudos? Se no mundo do trabalho que tipo de emprego? Qual o nível de satisfação? E de realização pessoal? Foi obtido algum tipo de formação? E se foi qual?.....

- Se prosseguiu estudos, quais os cursos? Profissionais ou outros? Longos ou não? Com sucesso? Com emprego?
- A visibilidade destes resultados interfere directamente no processo de tomada de decisões, na qualidade da instituição, na credibilidade da instituição.

O Projecto Educativo do Agrupamento articula-se com o projecto de desenvolvimento da comunidade em que estamos inseridos e em colaboração com a Comissão Social Inter-Freguesias, o que permite um trabalho em rede e a interligação entre a escola e o meio empresarial, nomeadamente no âmbito do despiste vocacional dos alunos e do levantamento de necessidades em termos de formação/qualificação profissional.

António Silva Marques*

Muito obrigado. A experiência que nos trouxeram faz-nos acreditar que é possível e que vale a pena continuarmos a trabalhar em educação. Estas experiências, muitas vezes desconhecidas dos meios de comunicação, são realidades que nos dão algum conforto, mostrando que é possível que o futuro se possa construir de uma maneira mais risonha.

Numa síntese muito breve, correndo o risco de empobrecer o que foi dito, diria que nos trouxeram a sua experiência de auto-avaliação, a qual mostra que a avaliação serve afinal para alguma coisa. E serviu para alterar métodos, comportamentos e, com essa auto-avaliação, transformaram a escola noutra. Outra escola, com outro modelo de gestão e com a lógica de escola/comunidade educativa, no sentido de que não há escola fora dos contextos e da comunidade onde ela se insere. Partiram dos problemas para as soluções; nós, em Portugal, temos o hábito de para cada solução arranjarmos um problema. Aqui partiram do problema para as soluções e penso que hoje têm uma escola mais feliz, seguramente para quem lá vive e trabalha, mas também mais eficaz naquilo que é fundamental: uma escola com melhores aprendizagens, com alunos com melhores competências e mais capacidades para enfrentarem depois aquilo que vão encontrar no mercado, uma escola preocupada também com aquilo que acontece aos seus alunos a seguir. Ou seja, houve consequências da avaliação, nomeadamente a criação dos grupos de planeamento e a reformulação do projecto curricular. Portanto, aquela interrogação que eu formulei de saber para que é que se avalia, é possível ver, mesmo numa experiência micro, que as avaliações têm que ter consequências rápidas e têm que ajudar a resolver problemas.

Passo a palavra ao Dr. Jorge Nunes.

* Conselho Nacional de Educação

A Experiência do Agrupamento de Escolas de Alfoanelos

Jorge Nunes*

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite formulado pelo Conselho Nacional de Educação. Face a esse convite, entendemos trazer aqui o nosso projecto de auto-avaliação, que se desenvolve em três fases, duas das quais já desenvolvidas e a terceira que está a decorrer no actual ano lectivo. Estas fases coincidem com o período de vigência do projecto educativo.

O Agrupamento de Alfoanelos foi criado em 1999. A sua criação resulta do desenvolvimento de práticas conjuntas das escolas do 1.º ciclo com a Escola Básica dos 2.º e 3.º ciclos de Alfoanelos, incluindo um conjunto de projectos de iniciativa própria e outros da administração educativa, nomeadamente o *Entre-Culturas* e a experiência dos *Territórios Educativos de Intervenção Prioritária*. Desenvolvemos, como referi, muitos projectos, mas nem sempre foram avaliados, apesar de sentirmos a necessidade de haver uma avaliação desses projectos. A própria avaliação dos *TEIP*, que foi feita pela administração, nunca foi divulgada.

Este projecto foi concebido, tendo por base um modelo que entendemos se adequava à realidade da nossa comunidade educativa. Quando falamos em avaliação é importante saber que referentes é que devem estar subjacentes a essa avaliação, porque cada comunidade educativa tem as suas características próprias e é a partir delas que devem ser criados os referentes, para ver até que ponto a comunidade e a sua escola, enquanto instituição, contribui para o desenvolvimento de uma verdadeira comunidade educativa. Muitas vezes, como é o caso de Alfoanelos, a prioridade é a questão da coesão social, da integração social, mais do que os resultados das aprendizagens. Neste contexto, as avaliações têm que ter os referentes definidos, as metas estabelecidas para cada comunidade educativa, e verificar se são atingidas ou não.

* Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas de Alfoanelos.

O modelo *CIPP* (*Context, Input, Process, Product*) que adoptámos, contempla o contexto, os recursos, os processos e os resultados, acompanhando, no nosso caso, o desenvolvimento do projecto educativo que termina este ano lectivo.

A estrutura organizativa e de gestão do Projecto é constituída pelos elementos que fazem parte da Secção de Avaliação do Conselho Pedagógico, sendo este o grupo operacional, com o apoio de alguns estagiários de instituições de ensino superior com quem temos protocolos. O Conselho Executivo dá apoio logístico e financeiro. A Assembleia do Agrupamento tem um grupo de acompanhamento, mas entendemos que a sua participação tem que ser mais alargada – provavelmente, a próxima Assembleia a constituir num próximo projecto educativo terá que ter uma participação mais efectiva do que actualmente.

Entendemos, e a própria Lei o prevê, que na avaliação das escolas deve ser articulada a auto-avaliação com a avaliação externa. É importante também que se vá criando uma cultura de avaliação, sem a qual não vale a pena criarmos modelos, implementarmos práticas. Isso vai-se fazendo a pouco e pouco, não é num primeiro projecto que conseguimos, mas o que interessa aqui é que o desenvolvimento desta cultura possa ser potenciado.

O que se verifica muitas vezes é o mau hábito de fazermos muitas coisas, mas depois quando vamos fazer o histórico não temos registos. Daí a necessidade que sentimos da criação de um Centro de Documentação, que funciona como apoio a este projecto numa perspectiva formativa, pois é importante que estes processos de auto-avaliação sejam enquadrados e articulados numa perspectiva de formação contínua e nos próprios planos individuais de formação dos professores. Também é fundamental em avaliação a melhoria da informação, de modo a que toda a comunidade possa participar. Não podemos criar uma cultura de avaliação, se não dermos toda a informação à comunidade educativa.

Passo a apresentar as actividades que se desenvolveram nas várias fases. A primeira fase constou da apresentação e aprovação do projecto no

Conselho Pedagógico, na Assembleia de Escola e, depois, foi apresentado à comunidade educativa numa reunião mais alargada. A segunda fase foi de implementação do projecto, já com o trabalho a ser desenvolvido no terreno. Chegados à terceira fase, tratou-se de iniciar a elaboração de relatórios e realizámos as Jornadas de Reflexão, que serviram para a apresentação dos primeiros resultados, no início deste ano lectivo. Agora estamos numa fase de conclusão e de reformulação de alguns aspectos e de alguns indicadores do projecto, para que, efectivamente, num próximo Projecto Educativo já tenhamos um referencial mais adequado à nossa realidade.

A metodologia constou de entrevistas, questionários, análise documental, contactos informais, observação directa, elaboração de relatórios e discussão dos mesmos. Pretendemos ter uma abordagem cada vez mais progressiva em relação aos indicadores e aos processos que desenvolvemos. Procurou-se ir primeiro àquilo que era mais pacífico e, depois, entrarmos naquilo que se torna menos pacífico, isto é, ir à sala de aula.

Na avaliação do **contexto**, foram utilizados vários indicadores, repartidos pelas seguintes dimensões: as características socioeconómicas e culturais, os percursos escolares, a dimensão da escola e a oferta educativa. Nos percursos escolares, temos como indicadores o completamento da escolaridade dentro da idade prevista, desde o 1.º ciclo até ao 3.º ciclo, e a assiduidade. Na dimensão da escola, o *ratio* adulto/aluno, não só professores mas também auxiliares de acção educativa. Na oferta educativa, observámos o nível de complexidade organizacional, isto é, os cursos e a diversificação das ofertas educativas, não só naquilo que é o currículo nacional, mas também no que se procura implementar, tanto a nível do enriquecimento curricular, como na diversificação em função dos públicos com que trabalhamos.

No que diz respeito aos **recursos**, foram três os aspectos que nos propusemos observar: os professores e os profissionais, a disponibilidade e utilização dos recursos e a gestão financeira. A experiência profissional dos

docentes foi um dos indicadores escolhidos, bem como a experiência profissional e a assiduidade do pessoal auxiliar.

A disponibilização e utilização dos recursos num agrupamento de escolas é um dos aspectos mais importantes, porque se o objectivo do agrupamento é uma gestão articulada dos recursos tem que haver informação dos meios de que dispomos para que eles possam ser partilhados.

Quanto à gestão financeira, a análise do peso dos salários na despesa, a sua relação no orçamento da escola e o orçamento de receitas próprias são aspectos a considerar; no nosso caso é bastante curioso, porque existe quase uma paridade nestas verbas. A despesa por aluno é baseada também em dados que são fornecidos pelo GEF.

Talvez a parte mais difícil e aquela que é necessário aprofundar mais no trabalho que já desenvolvemos, diz respeito aos **processos**. São as seguintes dimensões que quisemos abordar e são também as mais trabalhosas, do ponto de vista da observação e da avaliação.

Em relação à política educativa, importa verificar se estão definidos os objectivos, é importante que existam referências, ver qual é que é a natureza dos objectivos do projecto educativo, se têm um peso mais pedagógico ou um peso mais organizacional.

No que diz respeito à liderança, os indicadores sobre a imagem do líder, tanto a nível do Conselho Executivo como dos coordenadores de escolas do 1.º ciclo, bem como a participação dos actores, são importantes de verificar.

No desenvolvimento profissional, utilizámos indicadores sobre formação centrada no agrupamento e outro tipo de formação, para distinguir a que é obrigatória daquela que se faz por livre vontade e de que forma é que isso contribui para a melhoria do processo ensino/aprendizagem.

Depois entramos na dimensão ensino/aprendizagem. O tempo que é dedicado às aprendizagens no contexto e o número de horas semanais dedicadas à língua portuguesa e à matemática. No desenvolvimento deste projecto, verificámos que é difícil termos um instrumento que possa medir este número de horas. Este ano lectivo implementámos o livro de ponto para o 1.º ciclo, com a sumarização dos conteúdos que são desenvolvidos e dados pelos professores do 1.º ciclo, porque assim temos um instrumento para avaliar o número de horas semanais dedicadas à língua portuguesa e à matemática. Esta foi uma tomada de decisão, em resultado do próprio processo de auto-avaliação.

Com os dados que recolhemos e a verificação que fizemos, sentimos a necessidade de implementar este ano um projecto de articulação curricular a nível interdisciplinar e interciclos. Também a nível do apoio educativo e da diferenciação fomos intervindo. Como temos um conjunto significativo de actividades de enriquecimento curricular, quisemos saber qual o nível de participação dos alunos. Este ano, vamos desenvolver um inquérito de modo a que os alunos digam quais são as actividades que preferem, até agora eram apenas propostas pelos professores. Verificámos que era importante que se pudesse lançar um inquérito sobre a diferenciação, que tem a ver com a percentagem dos alunos que têm apoios educativos, e alunos com português como segunda língua, para os quais temos um projecto e temos técnicos para dar resposta a essas necessidades.

A nível das estruturas de orientação educativa, procurámos saber como funcionam as lideranças intermédias e qual é o seu impacto, a nível do plano de actividades.

Outros indicadores referem-se à relação com a comunidade, ao nível de participação dos pais na vida da escola, que é muito baixo, às parcerias com entidades locais, nomeadamente as autarquias e as empresas, que tipo de parcerias existem e de que forma é que elas contribuíram para o desenvolvimento do Projecto Educativo.

Disciplina, segurança e a preservação do espaço escolar são outra dimensão. Verificámos o número de incidentes disciplinares participados e o número de alunos retirados das aulas, o número de conselhos disciplinares, a natureza e a aplicação das medidas, de que forma é que elas tiveram algum significado na mudança da conduta dos alunos. Outra dimensão tem a ver com o reconhecimento, com as referências positivas que são registadas. Muitas vezes registamos só as coisas más e as coisas boas não registamos e quisemos ver até que ponto é que esse reconhecimento existe.

Relativamente aos resultados de aprendizagem, as dimensões têm a ver com o cumprimento da escolaridade, com a qualidade do sucesso e com a concretização da política educativa. O tempo de permanência na escolaridade obrigatória e o abandono escolar são para nós aspectos extremamente importantes, porque traduzem qualidade do ensino. Não são só os níveis que contam, nem os *rankings*, são os aspectos qualitativos da própria avaliação dos alunos e uma das práticas que temos é verificar, no final de cada período, quais são as percentagens dos alunos com níveis satisfatórios em língua portuguesa e em matemática no 1.º ciclo. Para isso distribuímos uma ficha que os professores preenchem com uma avaliação qualitativa dos alunos.

Pretendemos saber, também, o destino dos alunos após concluírem a escolaridade obrigatória. Interessa-nos saber o que é que a escola deu àqueles alunos e como é que eles seguiram a sua vida futura.

E, por último, a avaliação do próprio projecto. Se é um projecto de avaliação e não tem avaliação, não faz sentido. Para que é que serve? Vamos dar continuidade e tentar melhorar, articulando com aquilo que está contemplado na Lei e com a avaliação externa, a nível da administração educativa.

Muito obrigado, Dr. Jorge Nunes.

Trouxe-nos aqui um referencial de estrutura organizativa, de gestão e de metodologia para a implementação de um processo de auto-avaliação. Creio que seria interessante ver os resultados da aplicação de tudo o que nos foi apresentado, porque com este manancial de informação parece-me que é possível, com um bom tratamento dos dados, ficar com o diagnóstico e apresentar propostas estratégicas de solução para os problemas que a comunidade escolar vai tendo.

Ressaltava só duas notas. A auto-avaliação tem de partir sempre dos contextos e, mais uma vez, da realidade. Quem conhece a zona, o local, perceberá o que significa a questão da coesão social.

Outro elemento central é que temos todos de trabalhar no sentido de potenciar uma cultura de avaliação. É um processo moroso, a mudança de comportamentos depende pouco de legislações, depende pouco de normas. Como dizia o poeta, “o caminho vai-se fazendo caminhando”. Referia ainda outra coisa importante: é a transparência e o acesso de todos à informação. Na nossa cultura, informação é poder, mas nem sempre usamos a informação numa lógica de poder, mas de pequenos poderes. E, portanto, a negação da informação é o exercício muitas vezes não de poder, mas de autoritarismo. O acesso à informação e a disseminação da informação nas melhores condições, será imprescindível para o projecto ser assumido por todos.

Dou a palavra ao Dr. João Valsassina que nos traz uma experiência do ensino privado, depois destas duas intervenções do ensino público.

* Conselho Nacional de Educação

A Experiência do Colégio Valsassina

João Valsassina*

Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar a senhora Ministra, agradecer o convite do Conselho Nacional de Educação para participar neste seminário e congratular-me pelo facto de o Conselho ter escolhido este tema, que é da maior importância para a educação em Portugal.

O contributo que se pretende dar nesta comunicação consiste apenas no relato de uma experiência que está a ser desenvolvida no Colégio Valsassina e que ainda não foi totalmente avaliada, pois está, neste momento, em execução no que diz respeito à Auto-Avaliação/Avaliação da Escola.

Muito se tem falado em auto-avaliação, em reflexão, em avaliação da gestão das escolas, das aprendizagens e dos docentes. Fala-se também em *rankings* e nos resultados dos exames dos 9.º e 12.º anos. Esses *rankings* não são avaliação das escolas, são resultados relativos ao sucesso ou insucesso dos alunos na prestação de exames. Penso que o que importa aqui questionar é o que avaliar e como avaliar, ou seja, qual é o processo de avaliação de escolas e do desempenho de professores que nós pretendemos e como é que vamos fazer essa avaliação.

Entendemos que para se fazer uma avaliação interna, quer seja auto ou hetero-avaliação, ou uma avaliação externa, é necessário haver um referencial. Esse referencial deve ser o projecto educativo da escola e o seu projecto curricular e, a partir deles, encontrar um modelo de avaliação que se lhes ajuste. Escolhemos este modelo junto da *ASPE, Associação Asturiana de Psicologia e Educação*, ligada à Faculdade de Ciências da Educação da Universidade de Oviedo, com quem já há largos anos trabalhamos, juntamente com centros de formação de professores, o *Padres y Maestros*, da Corunha, e o *REPE – Reciclagem Permanente de*

* Director do Colégio Valsassina

Professores, de Santiago de Compostela. São os tais assessores externos que nos têm vindo a fazer a formação, quer a nível de direcção, quer a nível de professores, neste caminho que temos percorrido.

Penso que é essencial avaliar o projecto educativo da escola e o seu projecto curricular. Foi este o referencial que escolhemos e este é o caminho que percorremos desde 1997/98.

Em 1997/98, fizemos um estudo de opinião no Colégio. Tratou-se, basicamente, só de uma experiência de avaliação externa.

Em 2000/01, participámos na primeira experiência da avaliação integrada de escolas, feita a escolas do ensino particular e cooperativo, pela IGE.

Em 2003/04, lançámos o nosso próprio modelo de gestão da qualidade do Colégio Valsassina.

Em 2004/05, no ano lectivo passado, fomos novamente intervencionados pela Inspeção-Geral de Educação, no âmbito da autonomia e paralelismo pedagógico.

A primeira experiência verdadeiramente de avaliação externa que tivemos, foi em 1997/98. Foi uma encomenda que fizemos a uma empresa de estudos de opinião, uma empresa do mercado. Foi feito um diagnóstico da situação, foram estabelecidos pontos fortes, pontos fracos e recomendações de melhoria. Esta situação não começou, como depois no futuro aconteceu, por um processo de avaliação interna. Foi meramente uma avaliação externa: entrevistas, inquéritos a toda a comunidade educativa que, naquele momento, fizesse parte da escola e a quem já a tivesse frequentado, antigos alunos e pais de antigos alunos.

Tentámos perceber o que é que estava a acontecer e o que é que se esperava para o futuro. A principal conclusão foi de que tínhamos que redimensionar e redefinir o referencial. E o referencial passava por se reescrever o projecto educativo e elaborar um projecto curricular coerente com esse projecto educativo.

Fomos também aqui escolher um modelo, o modelo do grupo *CERPA* e do *REPE*, de Santiago de Compostela, para construirmos o projecto educativo, que tem algumas vertentes diferentes daquelas que já foram aqui mencionadas, porque não é temporal, não faz parte da estrutura da escola, é um sub-projecto de escola que depois se vai desenvolvendo nos planos anuais de actividades.

Após uma análise do contexto da nossa escola, foram definidas a missão e a visão, os aspectos básicos da identidade do Colégio, os objectivos gerais de educação em que demos importância igual às três dimensões: à dimensão académica, à dimensão humana e à dimensão extra-curricular. Chamo a atenção para o aspecto da dimensão humana, que é tão ou mais importante do que os resultados académicos para os alunos, pais e professores.

Definimos os projectos académicos, que são aqueles que põem em prática os objectivos de educação e as três dimensões de que há pouco falei, e depois procedemos à definição de funções e à elaboração do regulamento interno da escola.

Seguidamente, demos início à construção de um projecto curricular coerente com este projecto educativo. O projecto curricular é algo que está feito, mas que tem que ter sempre a flexibilidade necessária para se ir adaptando, não só a novos programas que vão aparecendo, às novas reformas, como à própria existência de um contexto ou de turmas diferentes, como poderemos ver um pouco mais à frente.

Importa agora falar um pouco da nossa experiência a nível da Avaliação Integrada das Escolas levada a efeito pela Inspeção-Geral de Educação, efectuada no ano lectivo de 2000/2001. O Colégio integrou um grupo de 6 escolas do ensino privado que se envolveu, pela primeira vez, neste projecto.

Pelo facto de termos sido avisados no final de Julho e as equipas da Inspeção apenas terem começado a sua intervenção em meados de Novembro, tivemos a possibilidade de desenvolver um verdadeiro processo

de auto-avaliação, levando a que todas as estruturas do Colégio, desde a direcção até aos grupos disciplinares, pudessem discutir os pontos fracos e fortes do Colégio, a nível das quatro áreas que iam ser avaliadas e que constavam dos guiões da I.G.E.: os resultados da aprendizagem; o ambiente educativo; a organização e gestão; e o ensino-aprendizagem.

No final da intervenção das várias equipas da Inspeção, os seis colégios intervencionados, através da Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular – AEEP, elaboraram um relatório do qual destaque os capítulos finais sobre os aspectos mais relevantes e sugestões quanto ao futuro.

Em relação aos aspectos mais relevantes que verificámos na Avaliação Integrada das Escolas, foram destacados os seguintes:

- a importância da Avaliação Interna para a escola, como factor decisivo para o sucesso de processos de melhoria;
- os avaliadores tiveram a preocupação de perceber o projecto educativo de cada escola e descobrir as suas particularidades;
- alguma falta de uniformidade e rigor processuais, quer nas intervenções, quer na elaboração dos relatórios finais;
- pouco espaço no processo de avaliação para as especificidades das escolas, nomeadamente ao nível dos seus modelos de gestão e das suas opções educativas;
- necessidade de uniformização, a nível nacional, dos resultados das aprendizagens, nomeadamente no cálculo do valor acrescentado. Todas as escolas, públicas e privadas, fazem parte do mesmo sistema de ensino;
- em certas situações específicas, os aspectos positivos e negativos foram avaliados em função de critérios subjectivos de excelência;
- necessidade de um maior respeito pela diversidade, pela riqueza gerada ao longo de muitos anos e pela liberdade e autonomia das escolas privadas a nível da educação pré-escolar. A nível curricular apenas existem orientações e não um programa nacional obrigatório;
- clarificação da existência, ou não, de uma lógica quantitativa e classificativa, paralela à natureza qualitativa deste processo e que não é do conhecimento das escolas.

Quanto às sugestões que apresentámos na altura, sublinho as seguintes:

- a criação de uma agência de avaliação independente;
- aviso com antecedência de um ano e o envio dos respectivos guiões;
- com base nos guiões, o desenvolvimento de um processo de auto-avaliação prévio à avaliação externa;
- o relatório final provisório devia ser entregue às escolas com a antecedência de uma semana, de forma a enriquecer o debate na sessão de encerramento;
- necessidade de se efectuar uma reunião final entre a equipa de inspectores e a direcção da escola, de forma a que esta, de uma forma construtiva, possa esclarecer os pontos em que haja divergência de opiniões – direito ao contraditório.

Como conclusão, e aproveitando até para fazer um comentário ao estudo que aqui foi apresentado, considero que tudo deve começar primeiro por uma auto-avaliação e, depois então, chegarmos à avaliação externa, como uma avaliação das auto-avaliações. Porque ao fazermos uma avaliação das auto-avaliações estamos a garantir a especificidade de cada uma das escolas, a contemplar o contexto de cada uma delas e do seu projecto educativo.

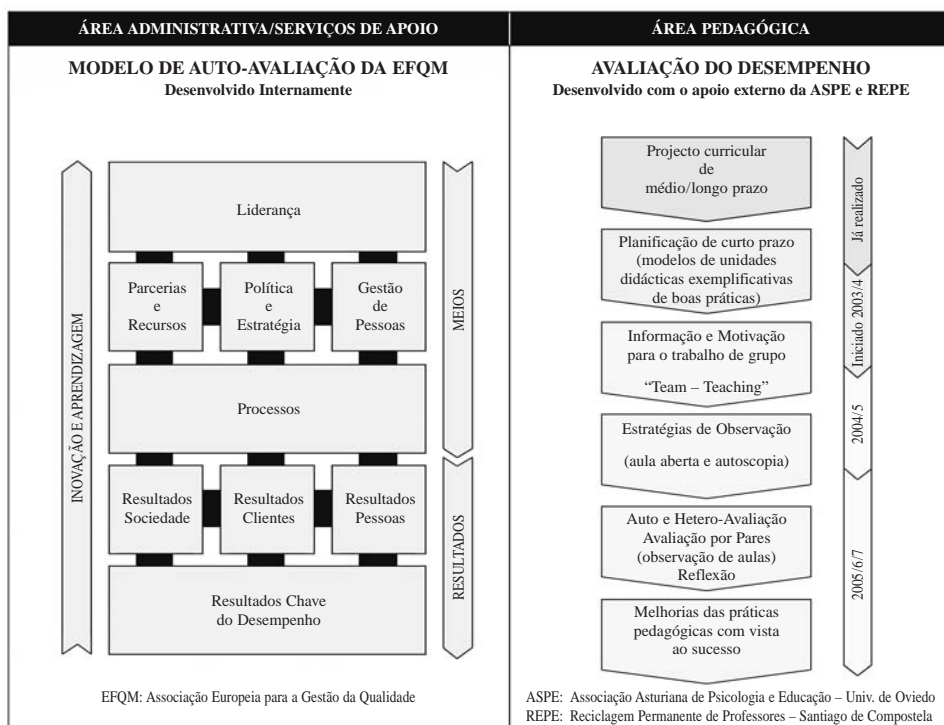
Tive conhecimento, há pouco tempo, dos documentos que a Inspeção-Geral de Educação fez sobre a efectividade da auto-avaliação. E penso que esse seria um caminho possível para futuros guiões, porque é importante que as escolas tenham um referencial de auto-avaliação, é importante que lhes sejam enviados guiões para que haja uniformidade, porque, se vamos depois fazer uma avaliação externa, é necessário que haja uniformidade na forma como se efectua a auto-avaliação. No estudo foi apontado quem é que poderia fazer esta auto-avaliação dentro da escola, por exemplo, a assembleia de escola, entre outros. Faço só um reparo: a nível do ensino particular, esses órgãos não existem e, portanto, é preciso ir ao encontro da especificidade da organização e gestão das escolas particulares.

Mas penso que se trata meramente de questões de pormenor.

Terminaria esta apresentação, mostrando a nossa última experiência de um modelo de gestão da qualidade no colégio. A partir das duas

experiências anteriores era necessário incutirmos dentro da escola processos constantes de auto-avaliação.

Achámos que era importante ter um modelo para a área administrativa e outro para a área pedagógica. Na área administrativa, estamos a aplicar o modelo de auto-avaliação da EFQM¹, que é o modelo que está a ser defendido pela Associação do Ensino Particular e que achámos que se adequava aos serviços: ao serviço de cantina, ao serviço de reprografia, ao serviço de papelaria, ao serviço de transportes. Aliás, ele foi pensado para as empresas de serviços e, portanto, penso que é um modelo que se aplica perfeitamente às áreas administrativas. Relembro aqui que é um modelo que já foi utilizado a nível das escolas públicas e privadas em Espanha, há uns anos atrás.



¹ EFQM – European Foundation por Quality Management

Na área pedagógica, definimos um modelo diferente, a que chamámos *Avaliação do Desempenho da Área Pedagógica* e que, evidentemente, tem a ver com as práticas pedagógicas no Colégio. Foi necessário definirmos, e isso já vinha de trás, o plano curricular do Colégio. Definimos, em primeiro lugar, os objectivos gerais e os critérios de avaliação por ciclo, por disciplina, por ano escolar, cruzando os nossos próprios objectivos e critérios com os dos ensinos básico e secundário, definidos pelo Ministério da Educação.

Depois, definimos os objectivos de aprendizagem, as metodologias e a avaliação a nível da sala de aula, portanto, passámos do âmbito de escola para o âmbito de turma. Finalmente, em cada ano vão sendo definidas, pelos respectivos professores, as adaptações curriculares, tendo em conta as necessidades da turma e de cada aluno e por isso é que disse, no início, que o projecto curricular de turma é flexível, vai sofrendo as alterações que são necessárias. Esta foi a primeira fase do projecto, elaborada em grupo e que já está concluída.

Uma segunda fase, constou da elaboração de unidades didácticas exemplificativas de boas práticas. O que é que se pretendeu? Pretendeu-se que os grupos disciplinares discutissem entre si as práticas que cada um tinha e dissessem: “eu dou melhor esta parte da matéria”; “eu acho que esta unidade deve ser dada desta forma”; “então vamos tentar chegar a um acordo, para ver qual será a melhor forma, a forma ideal para uma turma média, de dar esta unidade didáctica”. Assim, definiram-se as programações, as metodologias de avaliação, que foram elaboradas pelos grupos disciplinares em trabalho de equipa, e foram enviadas para o grupo *CERPA*, da Universidade de Oviedo, para serem avaliadas, e depois houve, evidentemente, correcções, houve reflexões a fazer e houve reformulação das unidades didácticas.

Foi um processo em que se deu total liberdade aos professores para discutirem. Chegou a acontecer com alguns grupos disciplinares, não muitos, o envio de duas unidades didácticas sobre o mesmo tema, porque havia alguma discussão, particularmente a nível de metodologias, e o grupo

achou por bem enviar para avaliação duas metodologias diferentes. Portanto, é preciso notar que deve ser sempre dada flexibilidade, criatividade e liberdade ao professor para que possa seguir uma metodologia diferente. Em anexo, apresento o índice de uma unidade didáctica, mas por falta de tempo não vou desenvolver. O modelo do grupo *CERPA* foi o modelo que escolhemos, há outros modelos, se calhar até melhores, mas foi o modelo que escolhemos.

É importante realçar que todo este processo só teve e terá sucesso se houver um verdadeiro espírito de equipa, nomeadamente a nível do trabalho nos grupos disciplinares, que no Colégio se reúnem semanalmente.

Assim, a terceira fase consistiu num conjunto de acções de formação, sob a responsabilidade do *REPE* de Santiago de Compostela, visando a Motivação para o Trabalho de Equipa. De uma forma resumida apresento os elementos básicos de uma equipa:

- Objectivos básicos **partilhados**
- **Cada um conhece** aquilo que traz para a equipa
- A equipa constrói-se com base numa **planificação**
- Tem uma **metodologia comum** de trabalho
- Aceita as **regras de jogo**
- **Está informada** de tudo o que acontece e pode condicionar o grupo
- Existência de **papéis** que se completam
- **O líder** fará com que não existam espaços vazios
- **A equipa tem coesão** entre os seus elementos devido aos seus interesses e actividades comuns
- Tem **sentido de pertença** moral, satisfação de necessidades, comunicação e eficácia
- Não se **avaliam** só os resultados mas também os **processos**

No seguimento da acção anterior, pretendeu-se ainda quebrar e diminuir as resistências, que sempre existem, à auto-avaliação e à observação de aulas. Realizaram-se acções de formação, igualmente pelo *REPE*, e procedeu-se à constituição de grupos de trabalho, por grupo

disciplinar, com o intuito de se efectuarem experiências de *team-teaching*. Apresento aqui alguns exemplos que foram trabalhados:

- 1 – Acção Directa: aula única, aulas flexíveis, aulas por estilos de aprendizagem.
- 2 – Acção Virtual: aulas virtuais / temáticas

A quarta fase foi de auto-avaliação. Pretendeu-se que os professores analisassem e fizessem uma avaliação do seu trabalho, em relação à aplicação das unidades didácticas que tinham elaborado. No fundo, chegámos à conclusão de que o projecto curricular está bem feito, já foi avaliado externamente por mais do que uma entidade, está tudo bem escrito, está tudo nos dossiers, tudo arrumadinho. Agora, é preciso ver se dentro da sala de aula tudo se passa de acordo com aquilo que os próprios professores programaram. Foi entregue aos professores uma grelha para auto-avaliação das unidades didácticas, com o objectivo de deixar de ter medo de a fazer e de modo a que passe a ser uma prática constante do seu dia-a-dia.

Refira-se que, nesta ocasião, a direcção do Colégio não solicitou aos professores a entrega das grelhas já preenchidas. Pretendia-se apenas que todos se familiarizassem com este processo, criar hábitos de trabalho, e dissipar alguns medos que ainda pudessem existir.

Na sequência do trabalho desenvolvido anteriormente, entrou-se na quinta fase, a da hetero-avaliação, tendo-se solicitado a cada professor que, de uma forma informal, convidasse outro professor para o observar, utilizando grelhas de observação segundo o modelo por ele escolhido, como por exemplo, o modelo de aplicação das Unidades Didácticas do Grupo *Cerpa* ou o modelo das *Categorias de Flanders*.

Este processo atingiu todos os professores e correu com toda a normalidade. No final de cada observação, os dois professores, observado e observador, dialogaram sobre a forma como decorreu a aula não tendo tido a direcção qualquer intervenção.

Agora iremos começar a última fase, que é a avaliação por pares, com a vinda dos especialistas espanhóis em educação para observarem as aulas no Colégio.

Em seguida, far-se-á uma reflexão conjunta entre os assessores externos e os professores observados. Não se pretende nesta fase avaliar, ou seja, classificar as pessoas, pretende-se, neste momento, criar uma metodologia de auto-avaliação e fazer com que as pessoas percebam que, em determinados momentos, é importante haver avaliação externa. Portanto, é importante que alguém vá observar, vá lançar um olhar sobre as práticas pedagógicas, tendo em vista a sua melhoria e o sucesso educativo, que é aquilo que pretendemos.

Quando chegarmos ao final e avaliarmos este processo, saberemos se, de facto, é um modelo válido para ser generalizado como processo de avaliação do desempenho da escola. Mas ressalvo este aspecto: tudo isto só pode ter sucesso se, de facto, se instituir dentro da escola um processo contínuo de auto-avaliação.

Terminaria apontando, em síntese, alguns aspectos: vamos centrar as nossas actividades no aluno, é o aluno que interessa, é o aluno que queremos que tenha sucesso educativo, que deve, de facto, aprender, mas aprender através de uma formação integral em que se desenvolve a dimensão académica, humana e a dimensão extra-curricular. Para isso, é necessário termos projectos curriculares coerentes com o contexto onde actuamos e fazermos adaptações individuais que se justifiquem para os alunos que temos, em cada momento, quer dizer, em cada ano e em cada turma. Isto só se consegue se realmente houver um trabalho de equipa constante entre todos, entre a direcção, entre o conselho pedagógico, entre o grupo disciplinar, e um processo constante de auto-avaliação, de forma a que as pessoas, cada órgão, cada pessoa, cada grupo disciplinar faça a sua própria auto-avaliação daquilo que vai fazendo, das suas práticas diárias. Penso que só assim conseguiremos ter melhor educação e mais qualidade.

Anexo: Índice de uma unidade didáctica

Disciplina: _____

Ano: _____

Tema: _____

Introdução _____

Programação

- *1.1 Objectivos Gerais da Disciplina
- *1.2. Guião de Conteúdos
- *1.3. Relação Conteúdos / Capacidades
- *1.4. Objectivos de Aprendizagem por Capacidades
- *1.5. Sequência de Objectivos de Aprendizagem
- *1.6. Objectivos Mínimos de Aprendizagem

Metodologia

- *2.1. Explicação Oral
- *2.2. Hipertexto
- *2.3. Estudo Dirigido
- *2.4. Exercícios Algorítmicos
- *2.5. Trabalho de Projecto
- *2.6. Classe Eurística
- *2.7. Resolução de Problemas Científico-Matemáticos
- *2.8. ...

Avaliação

- *3.1. Provas de Resposta Aberta
- *3.2. Questões Verdadeiras e Falsas
- *3.3. Questões de Resposta Múltipla
- *3.4. Observação na Aula
- *3.5. Portefolio (Caderno Diário)
- *3.6. Prova Oral
- *3.7. ...

Bibliografia

Anexo:**Ficha de Auto-Avaliação da Aplicação das Unidades Didácticas**

Classificar com Sim/Não, ou na escala de 1 a 5, cada uma das questões seguintes. Deixam-se as colunas em branco para que cada professor possa assinalar os aspectos que lhe pareçam interessantes.

1. Na UD formulam-se objectivos de compreensão.	Sim	Não			
2. Na UD formulam-se objectivos de aplicação.	Sim	Não			
3. Na UD formulam-se objectivos comportamentais.	Sim	Não			
4. Na UD, seleccionam-se alguma(s) estratégia(s) metodológica(s) conceptual(ais) para alcançar objectivos de compreensão.	Sim	Não			
4.1 Escrever quais e para que objectivos.	OBJECTIVOS				
a)					
b)					
c)					
4.2. Classifique de 1 a 5 a forma como foram postos em prática os seguintes elementos das estratégias metodológicas conceptuais.	1	2	3	4	5
a) Detectei a situação emocional dos alunos antes de começar a aula para orientá-los positivamente?					
b) Consegui que os alunos estivessem motivados inicialmente para aprender?					
c) Consegui que aplicassem os conhecimentos prévios necessários?					
d) Formulei com clareza os conceitos, regras, princípios, etc.?					
e) Enriqueci a explicação com desenhos, dramatizações, comparações, etc. adequadas à idade dos meus alunos?					
f) Consegui que os alunos intervissem activamente na explicação respondendo às minhas perguntas?					
g) Clarifiquei as ideias apresentadas pelos alunos?					
h) Utilizei os “feedback” apropriados depois das suas respostas?					
i) Esperei o tempo adequado para facilitar tanto as suas intervenções espontâneas como as suas respostas às minhas perguntas?					
j) Fiz um resumo final para poder classificar a relação entre a explicação e os objectivos propostos?					
5. Nas UD, seleccionei alguma(s) estratégia(s) metodológica(s) procedimental(ais) para alcançar os objectivos da aplicação.	Sim	Não			
5.1. Escrever quais e para que objectivos.	OBJECTIVOS				
a)					
b)					
c)					

5.2. Classifica de 1 a 5 a forma como foram postos em prática os seguintes elementos das estratégias metodológicas procedimentais.	1	2	3	4	5
a) Expliquei com clareza os passos do processo?					
b) Detectei se os alunos têm as habilidades necessárias para pôr em prática cada passo?					
c) Apliquei os processos a resolver uma amostra equilibrada (fáceis, normais, difíceis) de casos?					
d) Conseguiram os alunos assimilar os processos e resolveram uma % aceitável de exercícios?					
6. Nas UD, seleccionei alguma(s) estratégia(s) metodológica(s) comportamentais para alcançar, ainda mais, objectivos de atitude (investigação escolar e outras).	Sim		Não		
6.1. Escrever quais e para que objectivos.	OBJECTIVOS				
a)					
b)					
c)					
6.2. Classifique de 1 a 5 a forma como foram postos em prática os seguintes elementos das estratégias metodológicas comportamentais.	1	2	3	4	5
a) Consegui que os alunos se aplicassem activamente nas estratégias que lhes propôs?					
7. Nas UD, seleccionei instrumentos de avaliação adequados?	Sim		Não		
7.1. Escrever quais e para que objectivos.	OBJECTIVOS				
a)					
b)					
c)					
d)					
	1				
7.2. Classifica de 1 a 5 a forma como foram postos em prática os seguintes elementos de instrumentos de avaliação.	1	2	3	4	5
a) Proporcionaram dados objectivos?					
b) Tomei as decisões adequadas para que os alunos melhorem os seus resultados?					
c) Tomei decisões para melhorar as minhas programações e estratégias?					

Resultados: Ainda que a avaliação deva ser preferencialmente qualitativa, pode-se considerar como aceitável um 70% de Sim e > 3 no resto das questões.

Antônio Silva Marques*

O Dr. João Valsassina trouxe-nos a experiência de avaliação desenvolvida no Colégio que dirige. A ênfase foi colocada na importância da auto-avaliação como um processo que exige continuidade para se consolidar.

Passo a palavra ao Dr. Manuel Esperança.

* Conselho Nacional de Educação

A Experiência da Escola Secundária José Gomes Ferreira

Manuel Figueira Castilho Esperança*

A minha participação neste seminário tem como principal objectivo poder partilhar com os presentes o que se faz na Escola Secundária José Gomes Ferreira em matéria de avaliação do trabalho desenvolvido na escola.

Quando se fala de um sistema de avaliação da educação e do ensino não superior, pensa-se na Lei n.º 31/2002, publicada em 20 de Dezembro. Esta Lei, no seu art.º 3.º, refere os objectivos do sistema de avaliação:

- a) *Promover a melhoria da qualidade do sistema educativo, da sua organização e dos seus níveis de eficiência e eficácia, apoiar a formulação e o desenvolvimento das políticas de educação e formação e assegurar a disponibilidade de informação de gestão daquele sistema;*
- b) *Dotar a administração educativa local, regional e nacional, e a sociedade em geral, de um quadro de informações sobre o funcionamento do sistema educativo, integrando e contextualizando a interpretação dos resultados da avaliação;*
- c) *Assegurar o sucesso educativo, promovendo uma cultura de qualidade, exigência e responsabilidade nas escolas;*
- d) *Permitir incentivar as acções e os processos de melhoria da qualidade, do funcionamento e dos resultados das escolas, através de intervenções públicas de reconhecimento e apoio a estas;*
- e) *Sensibilizar os vários membros da comunidade educativa para a participação activa no processo educativo;*
- f) *Garantir a credibilidade do desempenho dos estabelecimentos de educação e de ensino;*
- g) *Valorizar o papel dos vários membros da comunidade educativa, em especial dos professores, dos alunos, dos pais e encarregados de educação, das autarquias locais e dos funcionários não docentes das escolas;*

* Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária José Gomes Ferreira

- h) *Promover uma cultura de melhoria continuada da organização, do funcionamento e dos resultados do sistema educativo e dos projectos educativos;*
- i) *Participar nas instituições e nos processos internacionais de avaliação dos sistemas educativos, fornecendo informação e recolhendo experiências comparadas e termos internacionais de referência”.*

No art.º 15.º, refere os objectivos específicos dos resultados da avaliação:

“Os resultados da avaliação, devem permitir às escolas aperfeiçoar a sua organização e funcionamento (...) em especial quanto:

- a) Ao projecto educativo da escola;*
- b) Ao plano de desenvolvimento a médio e longo prazos;*
- c) Ao programa de actividades;*
- d) À interacção com a comunidade educativa;*
- e) Aos programas de formação;*
- f) À organização das actividades lectivas;*
- g) À gestão dos recursos”.*

Por seu lado, o Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, estabelece o “regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário”, refere no seu preâmbulo:

“A autonomia das escolas e a descentralização constituem aspectos fundamentais de uma nova organização da educação, com o objectivo de concretizar na vida da escola a democratização, a igualdade de oportunidades e a qualidade do serviço público de educação”.

Os órgãos de administração e gestão das escolas, previstos no art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 115-A/98, são a Assembleia, o Conselho Executivo, o Conselho Pedagógico e o Conselho Administrativo, cujo âmbito de competências é o seguinte:

Assembleia

Artigo 10.º

1. (...)

- b) *Aprovar o projecto educativo da escola e acompanhar e avaliar a sua execução;*
- d) *Emitir parecer sobre o plano anual de actividades, verificando da sua conformidade com o projecto educativo;*
- e) *Apreciar os relatórios periódicos e o relatório final de execução do plano anual de actividades;*
- g) *Definir as linhas orientadoras para a elaboração do orçamento;*
- h) *Apreciar o relatório de contas de gerência;*
- i) *Apreciar os resultados do processo de avaliação interna da escola;*

(...)

2 – *No desempenho das suas competências, a Assembleia tem a faculdade de requerer aos restantes órgãos, as informações necessárias para realizar, eficazmente, o acompanhamento e a avaliação do funcionamento da instituição educativa e de lhes dirigir recomendações, com vista ao desenvolvimento do projecto educativo e ao cumprimento do plano anual de actividades.*

Conselho Executivo

Artigo 17.º

1. *Compete à direcção executiva... submeter à aprovação da assembleia...*

a) *Projecto educativo da escola;*

(...)

2. *No plano da gestão pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial, compete à direcção executiva, em especial:*

(...)

b) *Elaborar o projecto de orçamento, de acordo com as linhas orientadoras definidas pela assembleia;*

c) *Elaborar o plano anual de actividades e aprovar o respectivo documento final, de acordo com o parecer vinculativo da assembleia;*

d) *Elaborar os relatórios periódicos e final de execução do plano anual de actividades;*

(...)

Conselho Pedagógico

Artigo 26.º

- b) Apresentar propostas para a elaboração do projecto educativo e do plano anual de actividades e pronunciar-se sobre os respectivos projectos;*
 - f) Definir critérios gerais nos domínios da informação e da orientação escolar e vocacional do acompanhamento pedagógico e da avaliação dos alunos;*
- (...)*

Conselho Administrativo

Artigo 30.º

- a) Aprovar o projecto de orçamento anual da escola, em conformidade com as linhas orientadoras definidas pela assembleia;*
 - b) Elaborar o relatório de contas de gerência;*
- (...)*

Analisando as competências dos órgãos de administração e gestão das escolas, previstas no Decreto-Lei n.º 115-A/98, podemos verificar que as escolas já aplicam um sistema de avaliação às actividades que nelas se desenvolvem.

Com o desenvolvimento das competências acima referidas, os órgãos de gestão procuram fazer com que as escolas de hoje tenham um maior rigor e uma maior qualidade no serviço que prestam à comunidade escolar onde estão inseridas, fornecendo aos jovens que as frequentam uma formação em todos os domínios, tornando-os assim cidadãos responsáveis. Assim sendo, as escolas são vistas por toda a comunidade escolar como estabelecimentos de educação e de ensino mais credíveis.

Como já referi, em 20 de Dezembro de 2002, foi publicada a Lei n.º 31/2002, que aprova o sistema de avaliação da educação e do ensino não superior, designado por sistema de avaliação. De acordo com o previsto no seu art.º 5.º, a avaliação das escolas é feita com base na auto-avaliação que

cada uma realiza. A auto-avaliação tem carácter obrigatório, desenvolvendo-se em permanência, e assenta nos termos de análise previstos nas alíneas constantes do art.º 6.º.

Saliento os previstos na *alínea c)* “desempenho dos órgãos de administração e gestão das escolas ou agrupamentos de escolas, abrangendo o funcionamento administrativo, a gestão de recursos e a visão inerente à acção educativa, enquanto projecto e plano de actuação” e na *alínea d)* “sucesso escolar, avaliado através da capacidade de promoção da frequência escolar e dos resultados identificados através dos regimes de avaliação das aprendizagens”.

De acordo com o previsto no art.º 9.º, o processo de avaliação deve ter em consideração parâmetros de conhecimento científico, de carácter pedagógico, organizativo, funcional, de gestão, financeiro e sócio-económico. Os parâmetros de avaliação referidos, concretizam-se, entre outros, nos seguintes indicadores relativos à organização e funcionamento das escolas e dos agrupamentos:

- *resultados escolares, em termos, designadamente, de taxa de sucesso, qualidade do mesmo e fluxos escolares;*
- *organização, métodos e técnicas de ensino e de aprendizagem, incluindo avaliação dos alunos e utilização de apoios educativos;*
- *participação da comunidade educativa;*
- *eficiência de organização e de gestão.*

O que se faz na Escola em matéria de auto-avaliação

1. Com base nos resultados obtidos pelos alunos nas avaliações sumativas internas dos 1.º, 2.º e 3.º períodos lectivos, são elaborados levantamentos estatísticos, por ano curricular, onde se pode ver a taxa de sucesso por disciplina, as turmas com maior taxa de sucesso num mesmo curso e a taxa de anulações verificadas em algumas das disciplinas do 12.º ano. No final do ano lectivo, são apresentados os dados referentes à taxa de sucesso final para cada um dos anos curriculares, com excepção dos resultados obtidos pelos alunos que frequentam o 12.º ano.

Os dados estatísticos são apresentados ao conselho pedagógico, sendo objecto de reflexão por parte deste órgão e, posteriormente, também pelos grupos disciplinares. Nas disciplinas onde se verifica taxas de insucesso preocupantes, o conselho pedagógico solicita aos grupos disciplinares, através do respectivo coordenador de departamento, que na reunião seguinte deste órgão, dêem a conhecer as possíveis causas do insucesso verificado e quais as estratégias apontadas para minorar a situação.

O presidente do conselho pedagógico recomenda a todos os grupos disciplinares uma reflexão cuidada sobre os resultados apresentados, a fim de serem delineadas estratégias que melhorem a aprendizagem e, por consequência, o sucesso.

São também objecto de ponderação, por parte do conselho pedagógico e dos respectivos grupos disciplinares, os dados estatísticos relacionados com o número de anulações de matrícula em disciplinas do 12.º ano, tendo, como indicadores de reflexão, apurar as causas que levaram o aluno a anular e que medidas a adoptar para evitar novas anulações.

2. No que se refere aos dados estatísticos referentes aos resultados obtidos pelos alunos nos anos curriculares em que existem algumas disciplinas sujeitas a uma avaliação externa, aos resultados obtidos pelos alunos nos exames de equivalência à frequência e ao número de faltas dadas pelos mesmos nos exames de equivalência à frequência, são apresentados em conselho pedagógico, no início do ano lectivo seguinte, onde é feita uma reflexão profunda por parte deste órgão.

Posteriormente, o presidente do conselho executivo reúne com os coordenadores de disciplina/área disciplinar, distribuindo a todos os dados estatísticos apresentados em conselho pedagógico e uma cópia das pautas de cada uma das disciplinas sujeitas a exame de âmbito nacional, com os respectivos resultados. Depois de uma breve apreciação/reflexão sobre os resultados apresentados, em que se salientam como dados importantes as classificações obtidas por cada um dos alunos nas colunas CI Classificação Interna), CE (Classificação obtida no Exame) e possíveis discrepâncias entre

os valores das colunas CI e CE, o Presidente do Conselho Executivo apela à reflexão no seio dos grupos disciplinares.

3. No Conselho Pedagógico analisam-se os dados recolhidos a partir da leitura das actas dos conselhos de turma intercalares, realizados nos 1.º e 2.º períodos lectivos e dos conselhos de turma de avaliação sumativa, realizados no final de cada um dos períodos lectivos. Esta auto-avaliação tem como indicadores de reflexão os que constam no guião das referidas reuniões, documento que foi aprovado pelo conselho pedagógico. A análise incide sobre:

- *o grau de participação dos pais nos conselhos de turma intercalares;*
- *a indisciplina na sala de aula;*
- *a assiduidade dos alunos;*
- *as possíveis causas de insucesso;*
- *as estratégias apontadas para ultrapassar situações de insucesso.*

A reflexão é alargada a todos os pais representantes das turmas, através de uma assembleia de pais, convocada pela Associação de Pais.

4. A Assembleia de Escola, no parecer que emite sobre o Plano Anual de Actividades, sensibiliza todas as entidades que deram o seu contributo para a feitura do P.A.A., para que avaliem as respectivas actividades, recorrendo a diferentes instrumentos de avaliação (inquéritos, relatórios, observação directa e indirecta e outras).

O conselho pedagógico elaborou e aprovou uma ficha de avaliação para ser aplicada em actividades, tais como conferências, visitas de estudo, acções de informação junto dos pais e dos alunos, donde constam os seguintes indicadores:

- *número de participantes (alunos/professores/pais);*
- *grau de consecução dos objectivos;*
- *dificuldades apontadas na sua organização:*
- *falta de materiais;*
- *dificuldades na utilização de recursos;*
- *falta de recursos financeiros;*
- *custos;*
- *interesse em organizar a actividade em anos futuros.*

Como todos sabemos, hoje em dia, a grande maioria das escolas procede à sua auto-avaliação, não por ser de carácter obrigatório, mas sim para obter dados que conduzam a uma reflexão com o objectivo de proporcionar aos jovens que as frequentam um maior sucesso.

António Silva Marques*

O Dr. Manuel Esperança partiu do regime de autonomia, administração e gestão das escolas para levantar algumas questões que têm a ver com os *rankings* que se publicam, as consequências disso, as imagens que ficam. Também nos apresentou um exemplo do cruzamento dos resultados da avaliação somativa interna com os exames nacionais, e o modo como procedem para avaliar o desempenho da escola. A minha dúvida é se a escola, que já tem muitas coisas nos ombros, pode resolver sozinha todos os problemas, mas isso é outra questão de análise no futuro.

* Conselho Nacional de Educação

Avaliação das Escolas – Elementos para Reflexão

João Asseiro*

Queria agradecer o convite do CNE para participar neste Seminário, cujo tema é tão importante e crítico para o sucesso do ensino escolar em Portugal. Não o podendo fazer pessoalmente, deixo aqui algumas ideias que, do ponto de vista dos pais, podem trazer algum valor acrescentado ao tema que hoje está em debate.

Mas antes de falar em avaliação das escolas e, sobretudo, antes de a implementar, é necessário corrigir algumas das disfunções do sistema educativo em Portugal.

Em primeiro lugar, é necessário recentrar o objectivo da escola – formar os alunos nas suas vertentes pedagógica, científica, cívica e de cidadania. Em segundo lugar, é necessário dar autonomia total, até me atrevo a dizer independência, às escolas, nas suas componentes pedagógica, administrativa e financeira. Em terceiro lugar, é necessário que os pais tenham liberdade total de escolha da escola para os seus filhos, em função do projecto educativo que cada uma delas tem para oferecer.

Ao Estado compete definir, de forma precisa, os objectivos nacionais e os patamares de resultados escolares de referência, ou “mínimos”, para todas as escolas a nível nacional.

A avaliação do desempenho faz parte em todo o mundo desenvolvido, quer da carreira profissional das pessoas, quer da vida das organizações empresariais ou institucionais. Como princípio, não é, nem nunca poderá ser questionado, sendo necessário apenas definir com rigor e objectividade os seus critérios, as competências que queremos avaliar e o âmbito da avaliação.

* Presidente da Associação de Pais do Colégio Rainha Santa Isabel

O sucesso da avaliação das escolas pressupõe que todos os agentes que nela participam, nomeadamente, a direcção da escola, o seu corpo docente e os seus colaboradores sem funções docentes, estejam sujeitos a um sistema de avaliação do seu desempenho, que tenham objectivos individuais claramente definidos e que respondam de forma clara e objectiva pelos mesmos. O processo de certificação de uma organização pressupõe que exista um conjunto de regras e procedimentos claramente assumidos e compreendidos pela mesma e, sobretudo, pelo conjunto dos seus colaboradores.

Por isso, avaliar as escolas sem primeiro avaliar a sua gestão e os seus colaboradores, não faz sentido. Esta tarefa é muito difícil e quase impossível de efectuar com o actual modelo centralizado de gestão escolar.

É necessário descentralizar a gestão escolar, através de uma maior autonomia das escolas e envolvendo as autoridades educativas regionais, os poderes locais e os pais. O sucesso escolar dos nossos alunos passa, cada vez mais, por uma maior co-responsabilização de todos os agentes que intervêm na escola: alunos, pais, professores e equipa de gestão.

Os exames nacionais devem continuar a ser uma ferramenta de aferição dos conhecimentos dos alunos e do grau de concretização dos programas educativos nas diversas escolas. Não basta apenas avaliar, é necessário, sobretudo, trabalhar os resultados, fazer *follow-up* junto dos envolvidos e utilizar a informação para a acção futura.

Quer se opte pelo modelo europeu de avaliação, que aposta mais na concertação, ou pelo modelo americano, que põe a tónica na responsabilização e na prestação de contas, é inevitável uma maior participação dos pais na gestão da escola.

Aliás, recentemente, o primeiro-ministro britânico, Tony Blair, no prefácio que fez ao livro, com o título “Melhor Qualidade, Melhor Escolas para Todos – Mais Escolha para os Pais e Alunos”, defende a ideia que só é

possível melhorar a qualidade das escolas se os pais tiverem a liberdade de escolha da escola e uma participação mais activa na sua gestão.

A escolha pelos pais pode ser um poderoso impulsionador de melhores padrões, escreve Tony Blair, no prefácio. E continua: “Muitos outros países têm experiências de sucesso com a escolha da escola. Há cada vez mais evidência internacional de que sistemas de escolha da escola podem manter altos níveis de equidade e melhorar os padrões. Na Suécia, os pais podem escolher uma escola diferente da do seu local de residência, incluindo um leque variado de escolas independentes financiadas pelo Estado. Na Florida, os pais podem escolher uma outra escola se a do seu local de residência falhou (mostrou maus resultados) em dois dos últimos quatro anos. Mais uma vez, os estudos mostram que os resultados das escolas melhoraram rapidamente, naquelas escolas que sabiam que os seus alunos eram livres de ir para outra escola”.

“As nossas reformas”, diz Tony Blair, “devem construir-se sobre as liberdades que as escolas têm crescentemente recebido, mas devem estendê-las radicalmente. Devemos colocar os pais no lugar do condutor da mudança (...). E, para sustentar esta mudança, as autoridades locais devem deixar de ser fornecedores de educação para passar a ser os que a encomendam ao nível local e os campeões da escolha pelos pais”¹

¹ Tradução do autor. *Higher Standards, Better Schools for All – More choice for parents and pupils*. H.M. Government, Outubro 2005, pp. 1-4.

Auto-avaliação das Escolas: a Participação dos Pais

Maria Emília Bigotte de Almeida*

Em primeiro lugar, queria cumprimentar todos os presentes e agradecer ao Conselho Nacional de Educação, nas pessoas do senhor Secretário Geral e do Presidente da CONFAP, a confiança em mim depositada ao desafiarem-me a proceder a um pequeno depoimento, que sistematiza o olhar dos pais nas questões levantadas em torno da avaliação das escolas.

O diploma 115-A/98, que regulamenta o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de ensino em Portugal, refere que *a autonomia constitui um investimento nas escolas e na qualidade da educação, devendo ser acompanhada, no dia a dia, por uma cultura de responsabilidade partilhada por toda a comunidade educativa*".

Desta forma, esta legislação trouxe a consciencialização de que não existe uma única via para organizar a escola, valorizando o papel da comunidade educativa, a sua exigência à direcção executiva de uma maior capacidade empreendedora, implicando, por conseguinte, formação da liderança e novos perfis de liderança, a promoção de uma cultura de qualidade, enquanto exigência e responsabilidade de todos os intervenientes no processo educativo. Fica bem patente do exposto, a necessidade de uma mudança para a qual se deu aos pais, como elementos de uma comunidade educativa, a oportunidade de modificar e melhorar o sistema educativo.

Além de reforçar o papel fundamental dos pais, o diploma fomenta a sua presença nos órgãos de gestão e nas estruturas de orientação educativa, com particular relevo na assembleia de escola, no conselho pedagógico e no conselho de turma. Tal modelo de parceria, que se pretende implementar e que traduz um novo paradigma de escola, entra em ruptura com as concepções dominantes, existentes até à data. No entanto, este modelo exige

* Presidente da mesa da Assembleia Geral da Associação de Pais da Escola Básica dos 2.º e 3.º ciclos Alice Gouveia

a partilha do poder, em interacção dinâmica e co-responsável com todos os intervenientes no processo educativo. E o poder exerce-se para que sejam tomadas decisões nem sempre consensuais, ou que nem sempre interessam por igual a todas as partes, mas devendo ter sempre por base o diálogo, o respeito e a cooperação dos diversos agentes educativos.

Refere ainda o diploma, que a *autonomia da escola desenvolve-se e aprofunda-se com base na iniciativa desta e segundo um processo faseado em que lhe são conferidos níveis de competência e de responsabilidade acrescidos, de acordo com a capacidade demonstrada para assegurar o respectivo exercício*. Entre os princípios orientadores da celebração e desenvolvimento dos contratos de autonomia prevêm-se, entre outros, a *consagração de mecanismos de participação do pessoal docente e não docente, dos alunos nos ensino secundário, dos pais e de representantes da comunidade e o reforço da responsabilização dos órgãos de administração e gestão, designadamente através do desenvolvimento de instrumentos de avaliação do desempenho da escola que permitam uma melhoria do serviço público de educação*.

Desta forma, deu-se a oportunidade à escola/agrupamento para que, de forma espontânea e em conjunto com os verdadeiros actores fundamentais, se afirmar como escola de projecto próprio assumindo-se como um espaço de aprendizagem inserido na sociedade, no qual deverão acontecer as mudanças necessárias que garantam o progresso do sistema educativo, na perspectiva de uma melhoria da **Qualidade de Ensino** e na selecção de quais os critérios/indicadores da sua medição. Assim, confere-se à escola a responsabilidade pela qualidade educativa que oferece, devendo constituir-se como elemento compensador das assimetrias sócio-culturais, no sentido de promover o sucesso educativo e, sobretudo, pessoal dos alunos, para o qual, mais uma vez, é imprescindível a implicação dos pais e encarregados de educação e, conseqüentemente, a necessidade de os envolver num processo de avaliação interna. Ao constituir-se como comunidade educativa, a escola reconhece aos pais o direito e o dever de estarem *na escola, com a escola e para a escola*, não se limitando a

colaborar na execução de algumas acções, mas também a participar na sua concepção e planeamento.

A Lei 30/2002, de 20 de Dezembro, aprova o estatuto do aluno do ensino não superior, atribuindo aos pais uma especial responsabilidade no processo educativo dos filhos. Acompanhar activamente a vida escolar dos educandos, diligenciar para o cumprimento dos deveres de assiduidade, de correcto comportamento escolar e empenho no processo de aprendizagem, comparecer na escola sempre que julgue necessário e quando para tal for solicitado são alguns dos deveres enunciados no art.º 6.º, que evidenciam uma clara exigência de co-responsabilização. Desta forma, aos pais deixou de se dizer que era importante participar no percurso escolar pelo bem dos seus filhos, mas sim que o têm de fazer. No entanto, pelo facto de muitos professores ainda continuarem a duvidar das vantagens da participação das famílias na vida da escola, receando que esse envolvimento lhes subtraia poder e seja uma forma de controlo e fiscalização, os novos papéis assumidos pelos pais não se traduzem num reforço efectivo do poder da sua intervenção na escola, mais exigente no quadro legislativo em vigor. A assunção destes novos papéis, quer a nível individual, quer a nível colectivo, através dos representantes de pais das turmas e das associações de pais, não se pode limitar a uma “cooperação subordinada”, que permita unicamente reforçar a legitimidade da escola.

Urge, assim, uma afirmação clara de valores, uma definição inequívoca de funções, uma postura equilibrada na colaboração e uma conciliação de esforços que permitam conceber a escola como um *espaço de cultura ao serviço das famílias e da comunidade*. Esta mudança de atitude da escola, tradicionalmente fechada sobre si mesma e sobre os seus métodos e programas, reclama o desenvolvimento de formas de relacionamento promotoras de um maior inter conhecimento entre as famílias e os educadores profissionais. Questionar o grau de coerência entre esses novos papéis e a concretização do princípio participativo, enquanto vector nuclear da realização de uma escola democrática, deverá passar a ser um parâmetro obrigatório a integrar no processo de avaliação.

Avaliar este processo de abertura da escola é:

- instituir uma prática de reflexão sistemática sobre as formas de articular as rotinas da escola com as actividades relacionadas com a escola, desempenhadas pelas famílias a nível individual. É necessário que a escola conheça as limitações das famílias no acompanhamento do percurso educativo dos seus filhos, mas que mantenha também e tente mesmo elevar as expectativas dos educadores face à escola;
- ter em conta os pais na definição das políticas, dos projectos pedagógicos e do plano anual de actividades, quer a nível de grupo/turma, quer no plano da escola/agrupamento;
- proporcionar condições essenciais para que as famílias e as respectivas associações de pais, de facto, possam ter um papel activo, interveniente e regular na escola/agrupamento;
- assumir a participação e o envolvimento parental como efectivo parceria, sustentado na definição clara de regras de negociação mutuamente aceites.

Considerando que a avaliação é estruturada com base na auto-avaliação, que assenta *na prática de uma cultura de colaboração entre os membros da comunidade educativa*, a participação dos pais poder-se-á reduzir à sua presença nos diversos órgãos de gestão (conselho pedagógico e assembleia de escola) e à resposta a questionários, em fase de recolha de informação.

Mas a avaliação interna permite a passagem de uma atitude concentrada no cumprimento de normativos para uma atitude de adaptação e de inovação permanentes, sustentada na construção de um processo de identificação de problemas e da consequente negociação e partilha. Desta forma, a implicação dos pais (e dos alunos) neste procedimento de monitorização pode ser concretizada através:

- do envolvimento nas estruturas de orientação educativa (conselhos de turma);
- da participação em fóruns, debates de discussão;
- da apreciação dos relatórios de avaliação (efectuado pelas associações);
- da plena integração de pais nas comissões criadas para a implementação do processo de avaliação;
- da definição de estratégias para alargar a base de participação que permita uma efectiva representatividade dos pais.

O meu percurso de três anos, como elemento do conselho pedagógico de um agrupamento, tem permitido a apresentação de propostas e o desenvolvimento de acções consistentes, no sentido da desejada mudança, necessária à construção de uma relação escola-família assente numa lógica de cidadania. Para o efeito, a administração e as escolas devem proporcionar a informação necessária para o *exercício da responsabilidade colectiva face à educação*, em que a chave para o envolvimento dos pais reside numa boa comunicação. Se os pais não podem passar sem a escola, a escola não terá certamente sucesso sem a colaboração dos pais.

António Silva Marques*

A senhora Dra. Emília Bigotte trouxe-nos a visão do papel dos pais nas escolas, reafirmando a importância do papel dos pais e das famílias no processo educativo dos seus filhos. Depois, fez algumas considerações sobre como avaliar hoje num quadro de abertura da escola, onde importa gerar uma dinâmica de cooperação e concertação entre todos os órgãos da escola. Nesse quadro, o papel dos pais não é subsidiário mas implica criar novas oportunidades e incentivos para a sua participação, como sejam as horas de atendimento e a difusão de toda a informação, para que todos estejam em condições de igualdade no debate e no conhecimento dos problemas.

No final deste painel, gostaria de fazer três agradecimentos e uma referência. O primeiro agradecimento é aos colegas da mesa, que aqui trouxeram vivências e experiências a que, mesmo os que estamos envolvidos na educação, não temos acesso.

Agradecer também aos presentes o seu interesse num processo que se quer cada vez mais continuado e aprofundado nesta questão da avaliação. Recordar e agradecer o trabalho do Dr. José Maria Azevedo, o qual constitui um elemento muito importante para o que temos aqui em discussão.

Por último, uma referência. É uma referência particular e é sincera. A presença da senhora Ministra não no acto de abertura deste seminário, mas a sua presença nesta fase do debate. Valorizamos ou dizemos que devemos valorizar mais os verbos escutar e ouvir, mas nunca o praticamos ou praticamos pouco. A presença da senhora Ministra é um bom exemplo de que é importante ouvir as escolas. A senhora Ministra dispôs-se a ouvir as escolas, foi essa a experiência que aqui trouxemos, a experiência das escolas e das suas realidades.

* Conselho Nacional de Educação

Intervenção da Ministra da Educação

A Avaliação ao Serviço da Melhoria das Escolas e dos Resultados dos Alunos

Maria de Lurdes Rodrigues*

A questão da avaliação das escolas, tal como a avaliação do desempenho dos professores, é uma matéria com destaque no programa do Governo, em projecto de concretização nos próximos meses. Pretendo aqui explicar a minha visão das dificuldades e dos dilemas com que nos defrontamos para a materialização destes dois objectivos inscritos no programa do Governo.

A questão da avaliação assume hoje um carácter premente, e a urgência com que se impõe não se esgota no interior das fronteiras do sistema educativo, mas estende-se a toda a sociedade portuguesa. A exigência de melhoria do sistema implica, em primeiro lugar, um conhecimento que depende de um uso criterioso dos processos de avaliação e de auto-avaliação: a ausência de uma avaliação sistemática das escolas, do desempenho dos professores, de todos os organismos da administração, em suma, do sistema educativo no seu todo não pode deixar de ter consequências negativas na qualidade do ensino. Em segundo lugar, o passar do tempo levou à cristalização de uma atitude de relativa desresponsabilização ou demissão perante a exigência de resposta aos desafios. Avaliar implica não apenas apurar responsabilidades, mas também procurar reduzir as situações promotoras de uma excessiva e nefasta dependência. A ausência da responsabilização e a excessiva dependência são duas faces da mesma moeda.

É hoje evidente que a sociedade e os seus actores têm expectativas mais ou menos organizadas em relação à educação e necessitam, conseqüentemente, de conhecer melhor o que se passa nas escolas. Se a resposta a estas expectativas não for estruturada, o lugar deixado vago pela inexistência de uma cultura de avaliação tenderá a ser ocupado por práticas *ad hoc*. Neste caso concreto, assistimos nos últimos anos à ocupação do

* Ministra da Educação

espaço que devia pertencer à avaliação pelo *ranking* das escolas, construído a partir de um único elemento, seriando as escolas em função dos resultados obtidos pelos alunos nos exames do 12.º ano. O *ranking* reduz a informação a um mínimo insuficiente e dá das escolas uma imagem muito limitada que ignora a complexidade das condições efectivas de ensino e aprendizagem. Por exemplo, não distingue as escolas de maior dimensão das de reduzida dimensão; não distingue as escolas que têm cursos tecnológicos ou diversidade de oferta curricular das escolas que estão mais centradas numa única oferta educativa; e não distingue a localização das escolas, ou seja, as características dos contextos sociais de inserção.

Mas o *ranking* tem tido ainda outro efeito negativo imediatamente menos visível, mas cujas consequências começamos agora a sentir, e que tenderá a agravar-se enquanto não dispusermos de instrumentos alternativos e credíveis de avaliação: refiro-me às estratégias que as escolas desenvolveram para se adaptarem a esta forma de difusão da informação. Hoje muitas escolas têm estratégias de escolha dos seus alunos. Se tivermos presente a missão de serviço público que a escola pública deve prestar, esta não pode deixar de ser uma consequência negativa. Esta missão, convém recordar, tem associada a existência de duas regras de universalidade na prestação do serviço e na afectação dos recursos: a obrigatoriedade de ter ofertas formativas para todos e a impossibilidade de escolha dos alunos, por um lado; e a impossibilidade de escolha do corpo docente, por outro. Estas são as duas condições com as quais as escolas devem contar, e qualquer processo de avaliação deve levar em consideração.

Um outro efeito muito negativo do *ranking* e que apenas agora começamos a compreender é a penalização sofrida pelas escolas secundárias públicas que dispunham de ofertas formativas na área dos cursos tecnológicos, apresentando resultados bastante diferentes dos conseguidos nas escolas secundárias que têm apenas ofertas educativas dos cursos gerais. Esta diferença contribui para acentuar as enormes dificuldades com que essas escolas se debatem. A construção do *ranking* começou há alguns anos; foi um processo lento, e apenas hoje se começam a sentir, com maior nitidez, os efeitos sobre as escolas que não tiveram nenhum instrumento

para responder, no seu funcionamento, às implicações do posicionamento no *ranking* - escolas essas que, apesar de tudo, puderam entretanto evoluir, incorporando alguns elementos novos.

Resumindo, na ausência de práticas sistemáticas de avaliação, o espaço onde estas deviam afirmar-se continuará a ser ocupado pelo *ranking* - até que surja uma resposta alternativa por parte da administração ou do poder político. Essa alternativa passa por uma cultura de avaliação séria e consistente, que permita monitorizar e premiar os desempenhos das escolas e dos professores. Neste plano, é importante reconhecer que a questão da avaliação passou por um processo de amadurecimento. Existem hoje condições que não existiam há alguns anos e existe também experiência acumulada. A inovação será feita da contínua capitalização das iniciativas desenvolvidas, sobretudo as resultantes da avaliação integrada, das provas de aferição e dos exames. Há iniciativas concretas de auto-avaliação realizadas em algumas escolas; e há também experiência no uso de instrumentos relevantes para as actividades de avaliação, sendo que esse capital deve ser mobilizado no que vier a ser feito no futuro próximo em matéria de avaliação das escolas.

Deverá ser possível aliar este capital de experiência a um efeito de oportunidade relacionado com a vontade que as escolas e os diferentes actores do sistema educativo têm de que essa avaliação se realize. O outro lado das oportunidades está, como sabemos, nos medos que emergem, sem surpresa, dos contextos de inovação; mas, no geral, existe vontade de conhecer e de utilizar esse conhecimento para a melhoria do sistema educativo, fazendo uso dos procedimentos de avaliação.

A isto há a somar um contexto internacional com o qual Portugal se identifica e no qual se projecta, e que obriga naturalmente à adopção dos referenciais internacionais por parte da administração e das escolas. Já foram dados alguns passos concretos, designadamente em matéria de gestão da rede escolar; os agrupamentos estão hoje constituídos, embora sejam ainda necessários aperfeiçoamentos. O facto de as escolas terem feito enormes progressos na adopção de novos modelos de gestão e

administração escolar cria também condições diferentes para se caminhar no processo de avaliação.

Ao imperativo da construção de uma cultura de avaliação alia-se hoje, por isso, um conjunto de oportunidades e vontades que se encontravam, em boa medida, inexistentes há alguns anos atrás, e que não podem ser desperdiçadas. As dificuldades existem, mas não podem servir para nos impedir de fazer o que é necessário ser feito. A maior dificuldade reside na ausência de instrumentos de recompensa ou de estímulo à realização de metas um pouco mais ambiciosas. De facto, no actual quadro, se se desencadear um mecanismo de auto-avaliação seguido de avaliação externa e obtivermos uma classificação das escolas, é preciso reconhecer que a administração não dispõe praticamente de instrumentos para negociar, estimular, apoiar e melhorar os procedimentos e os resultados. Estes instrumentos têm que ser desenvolvidos e aperfeiçoados. O objectivo da avaliação é conhecer, e o conhecimento permite-nos melhorar, mas para melhorar são necessários apoios e estímulos. As dificuldades que emergem neste plano devem ser levadas a sério para que seja possível retirar todas as ilações que um processo de avaliação nos oferece. O caminho a fazer é, portanto, duplo: no sentido do afinamento dos procedimentos de avaliação; e no sentido do aprofundamento da autonomia das escolas.

Existe um outro conjunto de dificuldades que podemos situar no domínio do clima cultural que se vive nas escolas; por outras palavras, aqueles que são os traços dominantes do profissionalismo dos actores nas escolas, e que devemos conhecer para saber como agir e como modificar. O ambiente profissional nas escolas é um ambiente de indiferenciação. É preciso modificar esta cultura no sentido de permitir a introdução de alguma competição e de elementos diferenciadores que permitam o reconhecimento do mérito e, sobretudo, a distinção entre o que deve ser valorizado e o que deve ser eliminado ou reduzido.

Um último nível de dificuldades prende-se com outros aspectos objectivos e concretos do sistema educativo, em particular, sua extrema heterogeneidade, e o risco que se corre de que processos de avaliação e de

aprofundamento de autonomia conduzam ao acentuar da extrema heterogeneidade que caracteriza o sistema de ensino. Esta heterogeneidade revela-se, desde logo, na qualidade das infra-estruturas. Mas existe também muita desigualdade em outras variáveis relacionadas com a origem sócio-económica dos alunos e com o contexto cultural em que a escola se insere. Os processos de avaliação devem ser capazes de incorporar estes elementos, de modo a que seja prestada devida atenção a estas desigualdades. O objectivo central passa por desenhar um sistema de avaliação e de progressão na autonomia que permita diminuir as desigualdades, procurando simultaneamente evitar aumentar um fosso entre as melhores e as piores escolas, e fazer elevar o nível daquelas que têm mais dificuldades e piores resultados.

O quadro de dificuldades traçado necessita, evidentemente, de mais diagnósticos aprofundados, dado que para decidir melhor é imperioso conhecer bem a realidade. As estatísticas, os relatórios, e o conhecimento das experiências concretas são decisivos para o desenho da acção e para a sua concretização. Discordo da ideia de que os diagnósticos estão todos feitos e de que agora é só implantar e difundir as boas práticas. É possível que essa seja a realidade em algumas matérias, mas duvido seriamente que não haja, em matéria de avaliação e de autonomia, ainda muito conhecimento a produzir de modo a avançar com segurança.

Do quadro aqui desenhado é importante reter três iniciativas – que, aliás, convergem com o que planeámos em termos de intervenção:

- a primeira, refere-se à generalização da obrigatoriedade das práticas de auto-avaliação. É verdade que vários problemas têm uma dimensão que toca o espaço de intervenção de outros actores; mas também é verdade que existe a possibilidade de os segmentar em pequenas parcelas, e a perspectiva de que a acção pode ser parcial e não total pode, desde o início, ajudar no processo de generalização das práticas de auto-avaliação;

- a segunda, será a do lançamento, a muito breve prazo, de um projecto de avaliação externa de um número reduzido de escolas que se sintam em condições de participar neste processo. Isto possibilitará à

administração testar o modelo de avaliação externa, mas também promover a ideia de que avaliar é possível e necessário, e que o processo traz consequências positivas para o sistema de ensino no geral, e para as escolas em particular. Ao mesmo tempo, importa divulgar a existência de escolas públicas de referência. Esta demonstração é importante para as restantes escolas, mas também o é para o país, para que se construa uma nova imagem da escola pública – e, fundamentalmente, da possibilidade de ter uma escola pública de qualidade;

– a terceira e última, desenvolvida a partir dos resultados no exercício piloto de auto-avaliação e da avaliação externa de um número reduzido de escolas, permitirá celebrar os contratos de autonomia que a lei também prevê. Isto reforçará a capacidade de gestão, de administração e de autonomia das escolas. Com este exercício, pretende-se caminhar, talvez mais lentamente, mas de forma exemplar, no sentido de dar às escolas garantias de que o percurso a trilhar pode ser seguro e consistente.